Parágrafo Único — A Cesta Básica a que se refere este artigo será composta dos seguintes produtos e quantidades:

- 1 — 15 kg. de arroz;
- 2 — 5 kg. de feijão;
- 3 — 5 kg. de farinha de trigo;
- 4 — 2 kg. de café;
- 5 — 10 kg. de açúcar;
- 6 — 2 kg. de sal;
- 7 — 2 kg. de charque;
- 8 — 5 litros de óleo;
- 9 — 3 latas de extrato de tomate;
- 10 — 3 latas de leite em pó; e
- 11 — 3 pacotes de macarrão.

Artigo 2.º — O benefício de que trata esta lei é extensivo aos inativos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa, nas mesmas condições estabelecidas para os servidores em atividade.

Artigo 3.º — A concessão da Cesta Básica não exclui a percepção de qualquer outro benefício a que o servidor faça jus, inclusive o auxílio-alimentação instituído pela Lei n.º 7.524, de 28 de outubro de 1991.

Artigo 4.º — As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento do Poder Legislativo, suplementadas, se necessário.

Artigo 5.º — A Mesa da Assembleia Legislativa regulamentará a presente lei no prazo de 30 dias a contar de sua publicação.

Artigo 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Para enfrentar as constantes crises econômicas que vivemos, os governos sempre adotaram políticas de combate à inflação atreladas ao "congelamento" de salários. Como forma de se defender da consequente redução dos seus salários nominais, os trabalhadores passaram a incorporar em seus acordos coletivos cláusulas visando a concessão de auxílios que lhes garantissem melhores condições de vida, como é o caso dos tickets-refeição, vale-transporte, cesta básica e outros.

Considerando a situação peculiar dos servidores públicos, tais conquistas só podem ser viabilizadas através de lei, como é o caso, em nosso Estado, do auxílio-alimentação, instituído pela Lei n.º 7.524, de 28 de outubro de 1991.

Ocorre, entretanto, que o referido auxílio, além de ser insuficiente para atingir o objetivo almejado, apenas em determinados meses chega a ser alcançado por alguns poucos servidores em exercício na Assembleia Legislativa, os quais, assim como todos os demais servidores e funcionários públicos estaduais, encontram-se com seus salários defasados, sem qualquer reajuste desde a instituição do Plano Real.

Consciente de que a situação financeira do Estado se encontra em péssimas condições, porém sabedor das dificuldades por que passam esses abnegados trabalhadores, temos todos o dever de procurar soluções criativas que possam restabelecer, de alguma forma, a qualidade de vida dos servidores públicos do nosso Estado.

Por estes motivos é que apresentamos o presente projeto de lei que institui a Cesta Básica no âmbito da Assembleia Legislativa, para o qual contamos com o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, em 26-4-95

a) Sidney Cinti

Projeto de lei n.º 237, de 1995

Cria o 14.º Salário para o Funcionalismo Público Estadual. A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1.º — Fica criado o 14.º (décimo quarto) Salário a ser pago a todos os servidores públicos estaduais, no mês do respectivo aniversário natalício.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A política salarial adotada pelo Governo Estadual em relação aos Servidores Públicos deixa a desejar sendo certo que os baixos salários são uma realidade.

A situação que há muito tempo se afigura crítica, tem sido causa de protestos e de reivindicações por parte dos servidores e funcionários públicos e de associações de classe, os quais lutam, com todos os meios e recursos que possuem, para solucionar essa questão.

Diga-se que a situação se agrava e se torna mais aflitiva, no momento em que, segundo notícia a imprensa, outros segmentos da sociedade especialmente na área empresarial, vêm distinguindo seus empregados e trabalhadores: com vantagens pecuniárias e gratificações que acabam privilegiando parcelas da população.

Dentro desse quadro, cumpre lembrar que hoje, vários são os assalariados, tanto na administração pública como de empresas particulares, que recebem o chamado 14.º salário, geralmente pago no mês do respectivo aniversário natalício.

É o que vem ocorrendo com vários municípios, nos quais as respectivas Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Autarquias e empresas já instituíram esse benefício.

Trata-se de uma alternativa válida, que poderia ser adotada sem representar pesados ônus ao erário, porquanto ocorreria apenas uma vez por ano para cada funcionário ou servidor, que, em contrapartida viria minorar os efeitos dessa situação tão aflitiva.

Por esses motivos, apresentamos o presente projeto de lei, e esperamos contar com sua aprovação pelos nobres pares nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26-4-95

a) Lobbe Neto

Projeto de lei n.º 238, de 1995

Dispõe sobre a criação da Universidade Estadual da Região Oeste da Grande São Paulo.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta: Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Estadual da Região Oeste da Grande São Paulo, como autarquia de regime especial, com sede e foro no município de Barueri.

Artigo 2.º — As finalidades, os estatutos e outras particularidades inerentes à Universidade da Região Oeste da Grande São Paulo serão objeto de regulamentação, obedecidas as normas estabelecidas pela Lei Federal n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Artigo 3.º — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações próprias da Lei Orçamentária, suplementadas se necessário.

Artigo 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O artigo 52 e parágrafo único das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, repetindo conceito do artigo 60 das DT da Constituição Federal, cuida da expansão do ensino superior público e gratuito nas regiões de maior densidade populacional, através da extensão das unidades das Universidades existentes, e através da criação de Universidades Estaduais.

A Região Oeste da Grande São Paulo, formada pelos municípios de Barueri, Carapicuíba, Cotia, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora e Santana do Parnaíba, apresenta alta densidade populacional e notável crescimento econômico, características que habilitam-na a constituir seu próprio campus universitário.

No entanto, tendo em vista a inexistência de instituições do gênero na região, milhares de estudantes são obrigados a deslocar-se, diariamente, até outros centros, para completar sua formação universitária. Considerando que grande parte desses estudantes são obrigados a trabalhar para custear os seus estudos, e que os meios de transporte, nem sempre particulares, são sabidamente precários, essa "dupla jornada" representa um árduo esforço para

a obtenção de tão almejado título, quando não um verdadeiro empecilho, levando muitos à desistência. Por que, então, não beneficiar os habitantes com cursos regulares em sua própria região?

E não é só. Todos sabemos das vantagens que os campi universitários proporcionam a qualquer região do país: melhoria da assistência à saúde, através de hospitais-escolas e de clínicas; incremento à produção agrícola através do desenvolvimento de novas técnicas; maiores investimentos em pesquisa tecnológica, beneficiando a atividade industrial; maiores possibilidades de lazer para a comunidade (universitária ou não) através do desenvolvimento permanente de atividades artísticas e desportivas; melhoria do ensino fundamental e médio, com a formação do professorado próprio. Tudo isso sem se falar, obviamente, no principal benefício, que é o da formação superior, humanística e tecnológica.

A Região Oeste da Grande São Paulo sempre contribuiu, de maneira significativa, para o crescimento econômico de nosso Estado, com expressiva arrecadação do ICMS. Nada mais justo, portanto, de que tal performance reverta em benefícios para sua população.

Assim, visando melhores perspectivas para a Educação em nosso Estado, declaramos nossos pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 26-4-95.

a) Carlos Alberto Bel

ATOS ADMINISTRATIVOS

Ato da Mesa

De 25-4-95

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, tendo em vista a impossibilidade técnica de bloqueio pela Telesp de ligações para os telefones de prefixos 200, 900, 0900 e 0800, decide:

Artigo 1.º — As despesas com ligações efetuadas pelos prefixos desbloqueados de assinatura deste Poder, para os prefixos telefônicos 200, 900 e 0900, bem como para donativos objetos de contas telefônicas, especialmente do prefixo 0800, são de responsabilidade do titular do Gabinete ou dirigente da Unidade Administrativa onde cada um esteja instalado, independentemente do valor da cota mensal de cada prefixo, fixado nos artigos 1.º e 2.º do Ato n.º 23/89, da Mesa.

Artigo 2.º — As despesas de que trata o artigo anterior, apuradas no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da conta telefônica pelos setores competentes da Administração, deverão ser recolhidas na Seção de Tesouraria pelo titular do Gabinete ou da Unidade Administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação a ser feita pela Diretoria Geral.

Artigo 3.º — Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos para as ligações telefônicas efetuadas a partir de 15 de março.

(Replicado por ter saído com incorreção.)

(Ato 18/95)

Decisões da Mesa

De 27-4-95

Autorizando:

o afastamento de Renato Borges Casaro, RG 4.991.197/SP, Auxiliar Técnico da Mesa, efetivo do SQC-II da Secretaria da Assembleia Legislativa, Referência 3, Grau, da Escala de Vencimentos Nível Universitário, para, sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens do cargo, obedecido o disposto no Ato 5/93, prestar serviços junto à Anhembi Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo, no período de 1.º a 31-12-95. (Decisão 2.390/95);

o afastamento de Fábio Ricardo Roxo, RG 6.488.489/SP, Agente Legislativo de Administração, efetivo do SQC-III da Secretaria da Assembleia Legislativa, Referência 7, Grau B, da Escala de Vencimentos Nível Intermediário, para, com prejuízo dos vencimentos, mas sem o das demais vantagens do cargo, prestar serviços junto à Secretaria Municipal de Governo, no período de 1.º de abril a 31 de dezembro de 1995. (Decisão 2.391/95);

o afastamento de Shigeko Yamamoto, RG 4.636.492/SP, Agente Legislativo de Administração, efetivo do SQC-III da Secretaria da Assembleia Legislativa, Referência 7, Grau, da Escala de Vencimentos Nível Intermediário, para, com prejuízo dos vencimentos, mas sem o das demais vantagens do cargo, prestar serviços junto à Câmara dos Deputados, no período de 1.º de abril a 31 de dezembro de 1995. (Decisão 2.392/95);

Exonerando, nos termos da 1.ª parte do item 2 do § 1.º do artigo 58 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978: Sérgio Ferrari, RG 10.178.607, do cargo que vem exercendo de Agente de Segurança Legislativa do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa, Referência 5 da Tabela I, do SQC-I, da Escala de Vencimentos Cargos — Comissão, a que se refere o inciso IV do artigo 8.º da Lei Complementar n.º 719, de 16 de junho de 1993, a partir de 24 de abril de 1995. (Decisão 2.393/95);

Heitor Luiz Biral, RG 7.830.833, do cargo que vem exercendo de Assessor Especial Parlamentar do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa, Referência 1 da Tabela I da Escala de Vencimentos Cargos — Comissão, a que se refere a Resolução n.º 771/95, de 9 de março de 1995. (Decisão 2.394/95);

Ronaldo Luiz Cabral, RG 13.734.177, do cargo que vem exercendo de Assessor Técnico de Gabinete, Referência 23 do SQC-I da Secretaria da Assembleia Legislativa, da Tabela I da Escala de Vencimentos Cargos — Comissão, a que se refere o inciso IV do artigo 8.º da Lei Complementar n.º 719, de 16 de junho de 1993, a partir de 10 de abril de 1995. (Decisão 2.395/95);

Tornando sem efeito:

a Decisão n.º 1754/95, publicada em 25 de março de 1995, de nomeação de Dely Maria Borsari, RG 8.491.885, para provimento de cargo de Secretário Parlamentar II, Referência 20 do SQC-I da Secretaria da Assembleia Legislativa, da Tabela I, da Escala de Vencimentos Cargos — Comissão. (Decisão 2396/95);

Nomeando: nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978: Fátima Rosa Martinez Alba Pinori, RG 11.293.591-6, para exercer o cargo de Assistente do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa, Referência 01 da Tabela I da Escala de Vencimentos Cargos — Comissão, a que se refere o inciso IV do artigo 8.º da Lei Complementar n.º 719, de 16 de junho de 1993, em vaga decorrente da exoneração de André Luiz de Carvalho. (Decisão 2.392/95);

João Roque, RG 2.337.473-1, para exercer o cargo de Assessor Técnico Parlamentar, do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa, Referência 24 da Tabela I da Escala de Vencimentos Cargos — Comissão, a que se refere o inciso IV do artigo 8.º da Lei Complementar n.º 719, de 16 de junho de 1993, em vaga decorrente da exoneração de Ligia Araujo Martini. (Decisão 2398/95);

Dailton Felipini, RG 9.341.039 para exercer o cargo de Assessor Especial Parlamentar do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa, Referência 1 da Tabela I da Escala de Vencimentos Cargos — Comissão, a que se refere a Resolução n.º 771/95, de 9-3-95, em vaga criada pela citada Resolução. (Decisão 2.399/95);

Valdeci Barboza, RG 6.362.378-X, para exercer o cargo de Agente de Segurança Legislativa do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa, Referência 5 da Tabela I da Escala de Vencimentos Cargos — Comissão, a que se refere o inciso IV do artigo 8.º da Lei Complementar n.º 719, de 16-6-93, em vaga decorrente da exoneração de Adalberto Luiz Drigo. (Decisão 2.400/95);

José Lupercio Zerbiniatti, RG 6.174.659, para exercer o cargo de Assistente Técnico Parlamentar do Quadro da Secretaria da

Assembleia Legislativa, Referência 23 da Tabela I da Escala de Vencimentos Cargos — Comissão, a que se refere o inciso IV do artigo 8.º da Lei Complementar n.º 719, de 16-6-93, em vaga decorrente da exoneração de Valdir Bosso. (Decisão 2.401/95);

Maisa Evangelista Avelino, RG 20.224.411, para exercer o cargo de Auxiliar Parlamentar do Quadro da Secretaria Assembleia Legislativa, Referência 5 da Tabela I da Escala de Vencimentos Cargos — Comissão, a que se refere o inciso IV do artigo 8.º da Lei Complementar n.º 719, de 16 de junho de 1993, em vaga criada pela L.C. 787/94. (Decisão 2.402/95);

Juliana da Motta Salles, RG 27.788.971-6, para exercer o cargo de Auxiliar Parlamentar do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa, Referência 5 da Tabela I da Escala de Vencimentos Cargos — Comissão, a que se refere o inciso IV do artigo 8.º da Lei Complementar n.º 719, de 16 de junho de 1993, em vaga criada pela L.C. 787/94. (Decisão 2.403/95);

Maria Elizabete Araujo, RG 16.483.453, para exercer o cargo de Secretário Parlamentar-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa, Referência 13 da Tabela I da Escala de Vencimentos Cargos — Comissão, a que se refere o inciso IV do artigo 8.º da Lei Complementar n.º 719, de 16 de junho de 1993, em vaga criada pela L.C. 787/94. (Decisão 2.404/95);

Rubens Dias Rodrigues, RG 10.161.715-X, para exercer o cargo de Assessor Especial Parlamentar do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa, Referência 1 da Tabela I da Escala de Vencimentos Cargos — Comissão, a que se refere a Resolução n.º 771/95, de 9 de março de 1995, em vaga decorrente da exoneração de Heitor Luiz Biral. (Decisão 2.405/95);

Taiti Inenami, RG 4.278.077, para exercer o cargo de Assessor Especial Parlamentar do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa, Referência 1 da Tabela I da Escala de Vencimentos Cargos — Comissão, a que se refere a Resolução n.º 771/95, de 09 de março de 1995, em vaga criada pela citada Resolução. (Decisão 2406/95);

Dely Maria Borsari, RG 8.491.885, para exercer o cargo de Secretário Parlamentar II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa, Referência 20 da Tabela I da Escala de Vencimentos Cargos — Comissão, a que se refere o inciso IV do artigo 8.º da Lei Complementar n.º 719, de 16 de junho de 1993, em vaga decorrente da exoneração de Rubens Roberto Santos Pinto. (Decisão 2407/95);

Benedito dos Santos, RG 8.016.911, para exercer o cargo de Assessor Especial Parlamentar do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa, Referência 1 da Tabela I da Escala de Vencimentos Cargos — Comissão, a que se refere a Resolução n.º 771/95, de 09 de março de 1995, em vaga criada pela citada Resolução. (Decisão 2408/95);

Declarando que a exoneração de Marcus Antonio André, RG 8.834.095, do cargo de Auxiliar Parlamentar, objeto da Decisão 969/95, da Mesa, de 14, publicada em 15 de março do corrente ano, deve ser considerada a partir de 1.º de março de 1995 e não como constou. (Decisão 2.409/95);

Despachos da Diretoria Geral

De 24-4-95

Apostila

cessando o adicional insalubridade a Florinda Omori Salvador, RG 9.403.138/SP, a partir de 27-3-95;

De 25-4-95

Apostilas

para declarar que os funcionários abaixo relacionados fazem jus aos benefícios do art. 133 da Constituição Estadual, referente aos décimos, na seguinte conformidade:

Ricardo Malheiros Asprino, RG n.º 12.239.491/SP, a partir de 25-3-95;

Solange Rogélia Luchini, RG n.º 6.060.084/SP, a partir de 18-3-95;

Américo Lopes de Alencar, RG n.º 8.444.823/SP, a partir de 1.º-6-95;

Clarice Camargo Langrafe, RG n.º 6.140.955/SP, a partir de 16-2-93;

para declarar que Luiz Carlos Laboria Rodrigues, RG n.º 3.534.686/SP, faz jus aos benefícios do art. 133 da Constituição Estadual, referente aos décimos, a partir de 18-3-95;

Atribuindo

gratificação de representação a:

Assessor Especial Parlamentar: Osvanir Carlos Stella, RG n.º 8.058.907/SP, Secretaria da Bancada do PSDB, a partir de 11-4-95;

Paula Cristina Ormelezzzi, RG n.º 13.276.598/SP, Gabinete da Liderança do PPR, a partir de 6-4-95;

Renato David, RG n.º 16.258.401/SP, Gabinete do Deputado Mauro Bragato, a partir de 6-4-95;

Priscila de Almeida Mendes, RG n.º 22.352.762-2/SP, Secretaria da bancada do PT, a partir de 4-4-95;

Ricardo Farhat Schumann, RG n.º 8.472.195/SP, Gabinete da 1.ª Secretaria, a partir de 6-4-95;

Silmara de Oliveira Lauer, RG n.º 11.352.979/SP, Secretaria da Bancada do PL, a partir de 23-3-95;

Sônia Aparecida Capovilla Alves, RG n.º 10.272.336-9/SP, Secretaria da Bancada do PC do B, a partir de 27-3-95;

Sônia Maria Savorelli Sarti, RG n.º 4.613.247/SP, Secretaria da Bancada do PMDB, a partir de 31-3-95;

Maurício Maldonado, RG n.º 12.573.043/SP, Gabinete da Presidência, a partir de 4-4-95;

Tania Nahum Martins, RG n.º 5.096.650/SP, Secretaria da Bancada do PT, a partir de 31-3-95;

Ubijajara de Paula Santos, RG n.º 6.987.687/SP, Secretaria da Bancada do PT, a partir de 7-4-95;

Uilson da Silva, RG n.º 3.919.916/SP, Secretaria da Bancada do PMDB, a partir de 4-4-95;

Valdir Erivelton Miraglia, RG 4.470.055/SP, Secretaria da Bancada do PTB, a partir de 5-4-95;

Vera Dualibi, RG n.º 8.031.880/SP, Secretaria da Bancada do PDT, a partir de 6-4-95;

Vera Lúcia Debs Souto, RG. no 2.782.749/SP, Secretaria da Bancada do PSDB, a partir de 29-3-95;

Wagner Ariaga, RG n.º 15.772.846/SP, Secretaria da Bancada do PSDB, a partir de 31-3-95;

Wagner Nóbrega Gimenez, RG n.º 6.512.900/SP, Secretaria da Bancada do PT, a partir de 4-4-95;

Wanda Piva Machado de Campos, RG n.º 1.757.202/SP, Secretaria da Bancada do PSDB, a partir de 12-4-95;

Zoráide Hilário Sanches, RG n.º 7.849.415/SP, Secretaria da Bancada do PDT, a partir de 6-4-95;

Maria do Rosário Ribeiro Teixeira, RG n.º 4.718.410/SP, Secretaria da Bancada do PMDB, a partir de 6-4-95;

Maria Glória Vargas Silva, RG n.º 1.975.341/SP, Secretaria da Bancada do PFL, a partir de 3-4-95;

Massanori Miyahara, RG n.º 4.253.052/SP, Secretaria da Bancada do PFL, a partir de 7-4-95;

Marlene Soares Furis, RG n.º 4.835.137/SP, Secretaria da Bancada do PFL, a partir de 10-4-95;

Marino Campedelli, RG n.º 3.731.724/SP, Secretaria da Bancada do PTB, a partir de 7-4-95;

Maristela de Souza Torres Curci, RG n.º 17.913.367-6/SP, Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 11-4-95;

Mirla Fátima Meanda Messagi Brioschi, RG n.º 14.166.486/SP, Secretaria da Bancada do PTB, a partir de 10-5-95;

Natal Calabro Neto, RG n.º 6.121.818/SP, Secretaria da Bancada do PFL, a partir de 3-4-95;

Secretário Parlamentar:

Rita de Cassia Cesar Goes, RG n.º 10.817.403/SP, Secretaria da Bancada do PSDB, a partir de 23-3-95; l;